

Habitação e Crise da Construção

BIBLIOTECA DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA U. F. M. G.

No Rio de Janeiro, construtores e incorporadores têm feito candentes pronunciamentos sobre a precária situação da indústria de construção, considerada como uma das maiores do Brasil, a que mais gente emprega, e que é vista pelas autoridades governamentais como "a espinha dorsal do país". Ao que se têm notícia, idênticos pronunciamentos partem de construtores e incorporadores de outros pontos do território nacional.

Um grande conjunto de leis englobando, de forma direta ou indireta, múltiplos aspectos da construção civil, foi votado no final do ano passado e vem sendo pôsto em execução. O enfoque que guiou a elaboração destas leis, hoje está demonstrado, não teve base objetiva capaz de aglutinar coerentemente todo o sistema da construção civil, e sua relação com o problema habitacional.

Nós, arquitetos, fomos dos que se bateram pela criação de condições e medidas que, uma vez consubstanciadas dentro de um diploma legal, possibilitassem meios à solução da crise de moradias e à evolução orgânica da rede urbana brasileira. Estas medidas, a nosso ver, teriam uma característica primordial. Deveriam partir de uma visão total do País, que considerasse todos os fatores ligados ao desenvolvimento e à elevação do nível de vida e conseqüentemente à solução do problema residencial em seu aspecto amplo. Nossa posição não foi compreendida e nossos pontos de vista não foram considerados.

É preciso que se diga, no entanto, que não tínhamos, como não temos, uma fórmula mágica, guardada no bolso do colête, para eliminar, de um momento para outro, toda a carência de residências ou impedir que as providências financeiras do Governo viessem a ter reflexo no campo da incorporação imobiliária e obviamente sobre a construção civil.

Estávamos, isto sim, cientes da gravidade do problema habitacional e certos de que somente medidas globais de planejamento poderiam mostrar alguma eficiência em sua conjuração.

Primeiro, porque um deficit da ordem de 7 a 8 milhões de residências não pode ser tomado como problema cuja solução está na execução de programas de construção de moradias destinadas somente a pessoas de parcos rendimentos. Insistimos, há longo tempo, independentemente das orientações políticas dominantes, em que a dimensão da crise e seus aspectos cruciais não deviam ficar restritos a esse tipo de moradia. A crise atingia também a classe média, hoje mais do nunca fortemente pressionada em direção ao favelamento e à superlotação.

4

Segundo, porque, assim como não víamos como poder-se-ia, dentro de um sistema econômico como o nosso, enfrentar a crise unicamente através de recursos de origem estatal, da mesma forma não nos parecia viável atribuir o atendimento dessa ne-

cessidade fundamental do ser humano essencialmente à iniciativa privada.

Terceiro, porque estamos certos de que não seria admissível partir para uma solução que visava abrigar uma população de cerca de 40 milhões de pessoas — população aproximada da Argentina, do Chile, da Bolívia e do Peru — sem cuidar dos meios indispensáveis à sua concretização: uma política de incremento à indústria de materiais de construção e de racionalização dos métodos construtivos. A produção de materiais de construção no Brasil, na maioria dos casos, mostrou-se insuficiente ao atendimento da demanda provocada pelo ritmo normal de edificação, ritmo este comprovadamente falho — haja vista o deficit acumulado.

E, em quarto lugar, porque estávamos convictos de que seriam igualmente indispensáveis medidas de controle do preço de terrenos, para evitar que provável especulação sobre eles viesse a destruir os objetivos dos programas habitacionais. Com efeito, consideradas as condições da expansão urbana é de se esperar que os esforços para eliminação do deficit se realizem principalmente em áreas citadinas. Estas áreas, no entanto, estão em sua maioria congestionadas e carentes de qualquer reserva territorial pública.

Estes quatro pontos, considerados como pedras angulares da posição oficial dos arquitetos brasileiros ante a crise nacional de moradias, exigem cuidadosa formulação. Estamos convencidos de que eles não poderão ser equacionados em curto prazo, e somos de opinião de que providências desvinculadas da visão global requerida poderão levar a resultados desastrosos e possivelmente entravadores de futuras medidas corretas.

A gravidade do problema, agora cabalmente demonstrada, exige de todos nós — arquitetos, construtores, proprietários, incorporadores e autoridades governamentais — atitudes verdadeiramente criadoras e isentas de colocações parciais ou particulares. Estas atitudes deverão estar à altura de nossa capacidade técnica e valor profissional já anteriormente demonstrados. Somos, a esse respeito, dos que atribuem aos recursos humanos uma relevante e importante parcela no processo de desenvolvimento.

O Governo, em boa hora, constituiu uma comissão para rever a legislação recentemente promulgada, visando a eliminação dos chamados pontos de estrangulamento. Esta comissão deverá sentir a amplitude e a dimensão do problema e evitar os meandros dos aspectos meramente setoriais. O problema é grande e exige medidas de planejamento global, corajosas, amplas e que possibilitem senão a solução imediata do problema, pelo menos o seu correto equacionamento. □